

Banco VR S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Senhores Acionistas:

Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do Banco VR S.A. (“Banco”) correspondentes às atividades desenvolvidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2019, acrescidas das notas explicativas e relatório dos Auditores Independentes sobre o exame de auditoria. **A Instituição:**

O Banco opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88 do Banco Central do Brasil - BACEN, autorizado a desenvolver suas operações através das carteiras comerciais e de crédito, financiamento e investimento, especializado, em assessoria financeira e estratégica, produtos de tesouraria e investimentos.

Inicialmente concebido para oferecer produtos financeiros, principalmente na área de crédito, para clientes e parceiros do Grupo VR, o banco ao longo de sua história desempenhou papel estratégico suportando a empresa VR Benefícios e Serviços de Processamento Ltda. (“controlada”) em suas operações de Benefícios PAT e de Processamento e Captura de Transações.

O Banco possui como principal fonte de captação CDB's pré-fixados indexados ao CDI, sendo aproximadamente 1,72% do volume de captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores, 98,28% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo.

Os recursos captados pela instituição são aplicados substancialmente em operações de alta liquidez no mercado (Compromissadas/Selic). Em um cenário de estresse, a instituição possui capacidade de liquidação de 100% suas obrigações com clientes.

O Banco utiliza um sistema para controle mensal das posições de risco ao planejamento de novos negócios para monitoramento e controle do capital. Neste sistema, utilizamos a parametrização de cenários (carteiras e índices econômicos), com objetivo de simular as peças contábeis e a “Basileia” em um horizonte de 5 anos.

O Banco estima que seus produtos de tesouraria e investimentos, tenham um crescimento, baseado no mercado monetário que envolve operações de curto prazo, negociando os papéis emitidos pelo Tesouro Nacional e CDI por instituições privadas.

Para atender a Resolução 4.557/17, o Banco VR S.A dispõe de estruturas de gerenciamento de Riscos.

Risco Operacional: O Banco tem uma política de risco operacional e uma estrutura que permite mapear os riscos e registrar incidentes, está criando uma base de dados e todos os riscos são gerenciados de maneira organizada.

Risco de Mercado e Liquidez: O Banco tem uma política de gerenciamento do risco de mercado e um comitê, vinculado a sua presidência, que acompanha e define as ações a serem adotadas; na sua composição há um elemento externo à organização. Há limites de exposição máxima de VaR, estresse, descasamento e liquidez mínimos. Há uma gerência de riscos, que se reporta a esse comitê, que monitora diariamente os níveis de exposição.

Risco de Crédito: O Banco tem um comitê que analisa todas as operações, fixa limites e acompanha a evolução das exposições.

Gerenciamento de Capital: O Banco tem Políticas e estruturas adequadas que permite identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar as projeções e resultados financeiros que podem impactar o seu capital.

Ouvidoria: Foi instituído o componente organizacional de Ouvidoria atendendo o disposto na Resolução 4.433 do Banco Central, cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor e bem como atuar como canal de comunicação entre a instituição e seus clientes, inclusive na mediação de conflitos.

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionista do

Banco VR S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco VR S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco VR S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato que substancialmente as operações do Banco VR S.A. são realizadas com parte relacionada, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 22 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

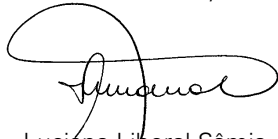
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

BANCO VR S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	2019	2018	PASSIVO	2019	2018
CIRCULANTE	<u>518.775</u>	<u>431.377</u>	CIRCULANTE	<u>39.657</u>	<u>17.741</u>
DISPONIBILIDADES	579	1.868	DEPÓSITOS (nota 12)	<u>15.704</u>	<u>4.173</u>
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (nota 5)	<u>413.424</u>	<u>341.892</u>	Depósitos à vista	8.518	3.652
Aplicações no mercado aberto	400.813	324.195	Depósitos Interfinanceiros	5.378	521
Aplicações em depósitos interfinanceiros	12.611	17.697	Depósitos a prazo	1.808	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (nota 6)	-	<u>2.462</u>	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	<u>3</u>	<u>5</u>
Carteira própria	-	2.462	Recursos em trânsito de terceiros	3	5
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (nota 7)	<u>103.899</u>	<u>84.323</u>	OUTRAS OBRIGAÇÕES (nota 13)	<u>23.950</u>	<u>13.563</u>
Pagamentos e recebimentos a liquidar	103.659	84.069	Cobrança e arrecadação de tributos	-	-
Créditos vinculados	31	38	Sociais e Estatutárias	129	308
Correspondentes	209	216	Fiscais e previdenciárias (nota 15)	624	385
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	<u>322</u>	Diversas	23.197	12.870
Operações de crédito - Setor Privado	39	324	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	<u>463.295</u>	<u>407.494</u>
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(39)	(2)	DEPÓSITOS (nota 12)	<u>449.465</u>	<u>393.224</u>
OUTROS CRÉDITOS (nota 8)	<u>873</u>	<u>508</u>	Depósitos interfinanceiros	-	13.208
Diversos	873	508	Depósitos a prazo	449.465	380.016
OUTROS VALORES E BENS	-	<u>2</u>	OUTRAS OBRIGAÇÕES (nota 13)	<u>13.830</u>	<u>14.270</u>
Despesas antecipadas	-	2	Fiscais e previdenciárias (nota 15)	12.293	12.117
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<u>15.316</u>	<u>15.821</u>	Diversas	1.537	2.153
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (nota 6)	<u>2.333</u>	<u>2.217</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 17)	<u>89.170</u>	<u>77.859</u>
Carteira própria	2.333	2.217	Capital de domiciliados no país	146.248	146.248
OUTROS CRÉDITOS (nota 8)	<u>12.983</u>	<u>13.604</u>	Reservas de capital	543	543
Diversos	12.983	13.604	Reserva de lucros	7.746	7.181
PERMANENTE	58.031	55.896	Ajustes de avaliação patrimonial	149	124
INVESTIMENTOS (nota 9)	<u>57.992</u>	<u>55.846</u>	Prejuízos acumulados	(65.516)	(76.237)
Participação em controlada no país	57.987	55.842			
Outros investimentos	5	4			
IMOBILIZADO (nota 10)	<u>39</u>	<u>50</u>			
Outras imobilizações de uso	201	234			
(Depreciação acumulada)	(162)	(184)			
INTANGÍVEL (nota 11)	-	-			
Gastos de organização e expansão	165	227			
(Amortização acumulada)	(165)	(227)			
TOTAL DO ATIVO	<u>592.122</u>	<u>503.094</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>592.122</u>	<u>503.094</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO VR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	
	<u>2019</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>10.991</u>	<u>21.237</u>	<u>16.871</u>
Operações de crédito	-	38	34
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	10.991	21.199	16.837
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>(11.936)</u>	<u>(23.191)</u>	<u>(16.059)</u>
Operações de captação no mercado	(11.936)	(23.191)	(16.059)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>(945)</u>	<u>(1.954)</u>	<u>812</u>
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	<u>11.047</u>	<u>13.614</u>	<u>(2.384)</u>
Receitas de prestação de serviços (nota 18)	8.696	15.036	5.238
Despesas de pessoal	(1.467)	(3.877)	(4.427)
Outras despesas administrativas (nota 19)	(3.389)	(6.436)	(5.512)
Despesas tributárias	(471)	(701)	(1.035)
Resultado de participação em controlada (nota 9)	7.869	9.782	2.695
Outras receitas operacionais (nota 20)	808	1.541	1.932
Outras despesas operacionais (nota 21)	(999)	(1.731)	(1.275)
RESULTADO OPERACIONAL	<u>10.102</u>	<u>11.660</u>	<u>(1.572)</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	3	(15)	(13)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	<u>10.105</u>	<u>11.645</u>	<u>(1.585)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (nota 14)	<u>(359)</u>	<u>(359)</u>	<u>-</u>
Provisão de IRPJ e CSLL	(359)	(359)	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE / EXERCÍCIO	<u><u>9.746</u></u>	<u><u>11.286</u></u>	<u><u>(1.585)</u></u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) POR AÇÃO EM REAIS	<u><u>1,64</u></u>	<u><u>1,90</u></u>	<u><u>(0,25)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO VR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital <u>realizado</u>	Reservas de capital <u>Outras Reserva de capital</u>	Reserva <u>legal</u>	Ajustes de avaliação <u>patrimonial</u>	Prejuízos <u>acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2018	146.248	543	7.181	169	(74.652)	79.489
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(1.585)	(1.585)
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(45)	-	(45)
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2018	<u>146.248</u>	<u>543</u>	<u>7.181</u>	<u>124</u>	<u>(76.237)</u>	<u>77.859</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.286	11.286
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	25	-	25
Destinação proposta:						
Reservas	-	-	565	-	(565)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	<u>146.248</u>	<u>543</u>	<u>7.746</u>	<u>149</u>	<u>(65.516)</u>	<u>89.170</u>
SALDOS EM 1º DE JULHO DE 2019	146.248	543	7.181	124	(74.697)	79.399
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	9.746	9.746
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	25	-	25
Destinação proposta:						
Reservas	-	-	565	-	(565)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	<u>146.248</u>	<u>543</u>	<u>7.746</u>	<u>149</u>	<u>(65.516)</u>	<u>89.170</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO VR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	2º Semestre	Exercício	
	<u>2019</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido (prejuízo) ajustado	<u>1.506</u>	<u>675</u>	<u>(5.702)</u>
Lucro líquido	9.746	11.286	(1.585)
Ajustes ao lucro líquido			
Depreciações e amortizações	5	11	7
Resultado de participação em controlada	(7.868)	(9.782)	(2.695)
Provisões (reversões) para riscos	(377)	(840)	(1.429)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	<u>(1.351)</u>	<u>(3.475)</u>	<u>5.618</u>
(Aumento) redução das aplicações em operações compromissadas	(31.881)	(70.493)	(123.823)
(Aumento) redução das aplicações em depósitos interfinanceiros	29	5.086	6.590
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(23)	2.371	(302)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências	(55.705)	(19.578)	(83.874)
(Aumento) redução de operações de crédito	322	322	(322)
(Aumento) redução de outros créditos	10.431	256	574
(Aumento) redução de outros valores e bens	(281)	2	24
Aumento de depósitos	67.685	67.772	198.782
(Aumento) Redução das obrigações por operações compromissadas	(2)	-	-
Aumento (redução) de outras obrigações	8.074	10.787	7.969
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	155	(2.800)	(84)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Dividendos Recebidos	7.637	7.637	-
Alienação (aquisição) de imobilizado de uso	-	-	(49)
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	7.637	7.637	(49)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>7.792</u>	<u>4.837</u>	<u>(133)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/semestre	901	3.856	3.989
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício/semestre	8.693	8.693	3.856
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>7.792</u>	<u>4.837</u>	<u>(133)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO VR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
E DE 2018 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco VR S.A. (“Banco” ou “Instituição”) opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88 do Banco Central do Brasil - BACEN, autorizado a desenvolver suas operações através das carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento.

Atualmente as operações de captações do Banco são realizadas substancialmente com partes relacionadas, vide nota explicativa nº 22.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das SA) e respectivas alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas aos normativos expedidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais mil (R\$), moeda funcional do Banco.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de aplicação inferior a 90 dias quando da sua aplicação, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor justo. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas e taxas flutuantes são atualizadas até a data do balanço.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até a data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº 3.068/2001, foram classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, os quais estão avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada “Ajustes de Avaliação Patrimonial”. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos.

e) Outros créditos diversos

São representados substancialmente por depósitos judiciais e créditos tributários, registrados por seus valores históricos.

f) Investimentos

Os investimentos em controlada e controlada em conjunto são registrados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

g) Imobilizado de uso

É registrado pelo valor de custo, deduzido de depreciação acumulada e da provisão para perda no valor recuperável dos bens, quando aplicável, e inclui direitos que tem por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da atividade da entidade, decorrentes de operações que transferem à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens. A depreciação é calculada pelo método linear e as principais taxas anuais são: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

h) Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada e provisão para perda no valor recuperável dos bens, quando aplicável. A amortização dos Gastos com Implantação de Sistemas é calculada pelo método linear, a taxa anual de 10%.

i) Valor recuperável de ativos

A Resolução CMN nº 3.566/2008, dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos, e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 01, de 14.09.2007, do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos valores registrados em investimentos.

j) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos “pro-rata-temporis”.

k) Ativos e passivos contingentes, provisão e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com as determinações estabelecidas no pronunciamento técnico CPC 25 do comitê de pronunciamentos contábeis, aprovado pela resolução nº 3.823 do BACEN de 16 de dezembro de 2009.

Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis ou possíveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizados com base na expectativa de perda da Administração, e divulgados em notas explicativas.

Obrigações legais – fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições.

l) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício e a contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15% em 2014 e de janeiro a agosto de 2015, e 20% a partir de 1º de setembro de 2015, conforme a Medida Provisória 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei n.º 13.169 em 06 de outubro de 2015.

Conforme artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103/19, a contribuição social do crédito tributário, de bancos de qualquer espécie, com realização a partir de 1º de março de 2020, deve ser constituída à alíquota de 20%.

Os créditos tributários foram reconhecidos sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, e diferenças temporárias as alíquotas vigentes.

m) Estimativas contábeis

A preparação das informações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa, perdas por impairment e dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilidades	579	1.868
Aplicações em operações compromissadas (*)	<u>8.114</u>	<u>1.988</u>
	<u>8.693</u>	<u>3.856</u>

(*) Estão sendo classificados como caixa e equivalentes de caixa, somente os montantes de aplicações que possuem conversibilidade imediata em caixa, que se destinam a cumprir com obrigações de curto prazo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Aplicações no mercado aberto - Posição bancada (b)	<u>400.813</u>	<u>324.195</u>
Letras do tesouro nacional	285.598	205.887
Letras financeiras do tesouro	-	3.000
Notas do tesouro nacional	115.215	115.308
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>12.611</u>	<u>17.697</u>
Certificados de depósito interfinanceiro (a)	<u>12.611</u>	<u>17.697</u>
	<u>413.424</u>	<u>341.892</u>

(a) As aplicações com depósitos interfinanceiros possuem rendimentos que variam entre 103% a.a. a 105,5% a.a. do CDI (2018 - 103% a.a. a 107,5% a.a. do CDI), com vencimentos entre 1301/2020 a 27/02/2020 (2018 - 14/01/2019 a 25/02/2019).

(b) As aplicações no mercado aberto são compostas por operações compromissadas com lastro em títulos públicos e possuem vencimento até 90 dias.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria

	2019				
	<u>Valor de Custo Atualizado</u>	<u>Até 360 dias</u>	<u>Após 360 dias</u>	<u>Total</u>	<u>Ajuste valor de mercado contrapartida do PL</u>
<u>Títulos disponíveis para venda:</u>					
Notas do Tesouro Nacional (**)	2.184	-	2.333	2.333	149
	<u>2.184</u>	<u>-</u>	<u>2.333</u>	<u>2.333</u>	<u>149</u>
	2018				
	<u>Valor de Custo Atualizado</u>	<u>Até 360 dias</u>	<u>Após 360 dias</u>	<u>Total</u>	<u>Ajuste valor de mercado contrapartida do PL</u>
<u>Títulos disponíveis para venda:</u>					
Letras do Tesouro Nacional (*)	2.440	2.462	-	2.462	22
Notas do Tesouro Nacional (**)	2.115	-	2.217	2.217	102
	<u>4.555</u>	<u>2.462</u>	<u>2.217</u>	<u>4.679</u>	<u>124</u>

Rendimentos contratados dos papéis

(*) Possui rendimentos de 10,43% ao ano em 2018.

(**) Possui rendimentos indexados ao IPCA+5,66% ao ano em 2019.

Os títulos públicos encontram-se custodiados na Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.

O Banco não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pagamentos e recebimentos a liquidar (*)	103.659	84.069
Créditos vinculados	31	38
Correspondentes	<u>209</u>	<u>216</u>
Total	<u>103.899</u>	<u>84.323</u>

(*) Valores a receber junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento Ltda. (Controlada em conjunto), atribuídas ao Banco pela realização das antecipações de recebíveis aos ECs. (Estabelecimentos comerciais) a partir da compra dos recebíveis dos ECs pelo Banco.

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Devedores por depósitos em garantia (nota 16.a)	12.983	13.604
Impostos a compensar	640	283
Valores a receber	100	100
Outros	<u>133</u>	<u>125</u>
	<u>13.856</u>	<u>14.112</u>
Curto Prazo	873	508
Longo Prazo	12.983	13.604

9. INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA E CONTROLADA EM CONJUNTO NO PAÍS

	<u>VR Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.</u>		<u>VR Benefícios e Serviços de Processamento Ltda.</u>	
	<u>Controlada</u>		<u>Controlada</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
% de participação	<u>95,46%</u>	<u>95,46%</u>	<u>31,03%</u>	<u>31,03%</u>
Capital social				
Patrimônio Líquido	5.491	13.248	169.957	139.186
Lucro líquido	243	345	30.771	7.628
Valor contábil do investimento	5.242	12.647	52.745	43.195
Resultado de equivalência	232	329	9.550	2.366

As participações em controlada e em controlada em conjunto, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços na data-base de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

10. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	<u>2019</u>			<u>2018</u>		
		Custo	Depreciação		Custo	Depreciação	
		<u>corrigido</u>	<u>Acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>corrigido</u>	<u>acumulada</u>	<u>Líqui do</u>
Instalações	10	45	(45)	-	45	(45)	-
Máquinas e equipamentos	10	53	(49)	4	53	(48)	5
Móveis e equipamentos	10	9	(7)	2	36	(34)	2
Equipamentos informática	20	<u>94</u>	<u>(61)</u>	<u>33</u>	<u>100</u>	<u>(57)</u>	<u>43</u>
		<u>201</u>	<u>(162)</u>	<u>39</u>	<u>234</u>	<u>(184)</u>	<u>50</u>

11. INTANGÍVEL

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Outros gastos diferidos	165	227
Amortização acumulada	<u>(165)</u>	<u>(227)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o intangível está representado por gastos com implantação e aquisição de softwares.

12. DEPÓSITOS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Depósitos à vista	8.518	3.652
Depósitos a prazo	451.273	380.537
Depósitos interfinanceiros	<u>5.378</u>	<u>13.208</u>
	<u>465.169</u>	<u>397.397</u>
Curto Prazo	15.704	4.173
Longo Prazo	449.465	393.224

A principal fonte de captação CDB's pré-fixados indexados ao CDI, sendo aproximadamente 1,72% do volume de captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores, 98,28% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo (nota 22).

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisão para impostos e contribuições a recolher (nota 15)	624	385
Provisão para riscos fiscais (notas 16.b)	12.293	12.117
Provisão para riscos trabalhistas (nota 16.b)	1.262	1.859
Provisão para outros riscos – cíveis (nota 16.b)	275	293
Provisão para pagamentos a efetuar	604	576
Valores a pagar a sociedades ligadas (a)	4.879	4.879
Pagamento a fornecedor (b)	17.712	7.412
Outros	<u>131</u>	<u>362</u>
	<u>37.780</u>	<u>27.883</u>
Curto Prazo	23.950	13.563
Longo Prazo	13.830	14.270

- a) O Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) foi instituído pela Lei No. 13.496/17. Em conformidade com o art. 2º, parágrafo 2º, o Banco utilizou Prejuízo Fiscal de Base Negativa de sua controladora, Szajaman Participações Societárias S.A. para pagamento de seus débitos perante a RFB, desta forma, o Banco possui um valor a pagar a sua controlada referente a aquisição desses créditos.
- b) Valores referentes a pagamentos a serem realizados aos Ecs (estabelecimentos comerciais), devido a compra dos recebíveis, junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento Ltda. (Controlada).

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações:

	<u>2019</u> <u>2º Semestre</u>	<u>2019</u> <u>Exercício</u>	<u>2018</u> <u>Exercício</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	10.105	11.645	(1.585)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(4.042)	(4.658)	(713)
Exclusões (adições):	<u>3.683</u>	<u>4.299</u>	<u>(1.694)</u>
Resultado de participação em controlada	3.148	3.913	(1.213)
Outras	<u>535</u>	<u>386</u>	<u>(481)</u>
Imposto de renda e contribuição social	(359)	(359)	-

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Impostos e contribuições a recolher	624	385
Provisão para riscos fiscais (nota 16.b)	<u>12.293</u>	<u>12.117</u>
	<u>12.917</u>	<u>12.502</u>
Curto Prazo	624	385
Longo Prazo	12.293	12.117

16. PROVISÃO, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

- a) Devedores por depósitos em garantia

	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2018	<u>11.708</u>	<u>2.153</u>	<u>251</u>	<u>14.112</u>
Depósitos	-	126	-	126
Baixas por pagamento (nota 21)	-	<u>(633)</u>	<u>(1)</u>	<u>(634)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>11.708</u>	<u>1.646</u>	<u>250</u>	<u>13.604</u>
Depósitos	-	225	-	225
Baixas por pagamento (nota 21)	<u>(137)</u>	<u>(709)</u>	-	<u>(846)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>11.571</u>	<u>1.162</u>	<u>250</u>	<u>12.983</u>

b) Provisão para riscos e obrigações legais por natureza

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisão para riscos fiscais (a)	12.293	12.117
Provisão para riscos trabalhistas (b)	1.262	1.860
Provisão para outros riscos - cíveis (b)	<u>275</u>	<u>293</u>
Total	<u>13.830</u>	<u>14.270</u>

(a) Classificados na rubrica “Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias” no exigível a longo prazo, vide nota 13.

(b) Classificados na rubrica de “Outras obrigações - Diversas”.

c) Movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis:

	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2018	<u>11.938</u>	<u>2.992</u>	<u>453</u>	<u>15.383</u>
Constituição (1)	179	169	-	348
Baixas (2)	<u>-</u>	<u>(1.301)</u>	<u>(160)</u>	<u>(1.461)</u>
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	<u>12.117</u>	<u>1.860</u>	<u>293</u>	<u>14.270</u>
Constituição (1)	176	165	-	341
Baixas (2)	<u>-</u>	<u>(763)</u>	<u>(18)</u>	<u>(781)</u>
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	<u>12.293</u>	<u>1.262</u>	<u>275</u>	<u>13.830</u>

1) Valor referente a constituição de provisão registrado em outras despesas operacionais (nota nº21).

2) Tem por natureza reversão de provisões para riscos trabalhistas e cíveis, devido a encerramento de processos, registrado em outras receitas operacionais (nota 20).

Riscos Trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência, no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação.

Riscos Cíveis

São ações judiciais movidas de caráter indenizatórios e relativas a indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, basicamente, com protesto indevido, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito.

As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito e classificação de acordo com os assessores jurídicos e levando em consideração a situação de cada processo, a lei e a jurisprudência.

Riscos Fiscais

Riscos Fiscais contemplam as constituições de impostos contingenciados do período e contabilizados em "Outras Despesas Operacionais". O principal processo é:

- IRPJ - Correção Monetária do IRRF, ocorrido em 1991, pela legislação vigente neste ano, para ser compensado com o IRPJ em 1992, ano-base 1991.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os processos existentes e os respectivos depósitos judiciais e provisões constituídas são resumidos a seguir:

	2019			2018		
	Quantidade de Ações	Provisão contábil	Depósito judicial	Quantidade de Ações	Provisão contábil	Depósito judicial
Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas						
<u>Fiscais</u>						
Provável	1	3.138	1.906	1	2.962	1.906
Possível (*)	1	169	66	1	169	66
Remota (*)	1	8.986	9.599	1	8.986	9.736
<u>Trabalhistas</u>						
Provável	6	1.262	1.162	19	1.860	1.646
<u>Cíveis</u>						
Possível (*)	-	-	-	1	12	-
Remota (*)	3	275	250	4	281	250
Ativo não Circulante	-	-	12.983	-	-	13.604
Passivo não Circulante	-	13.830	-	-	14.270	-

(*) As probabilidades de perdas das referidas causas são consideradas pelos assessores jurídicos como possíveis ou remotas, no entanto, ocorreu uma avaliação feita pela administração sobre os processos e apenas os que a administração entende que haja risco ou por possuírem depósitos judiciais, são considerados como processos com indicativos de risco de perda provável para o Banco, tendo a mesma julgado adequada a constituição de provisão para contingências.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social está representado em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, por 5.941.482 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no País, no montante de R\$ 146.248.

O Estatuto Social prevê a destinação de 5% do lucro líquido como reserva legal e a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária e, quando for o caso, conforme as resoluções da Assembleia Geral. Não foram destinados dividendos mínimos obrigatórios sobre o resultado dos exercícios de 2019 e 2018 devido ao fato do Banco possuir prejuízos acumulados.

18. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	<u>2019</u> <u>2º Semestre</u>	<u>2019</u> <u>Exercício</u>	<u>2018</u> <u>Exercício</u>
Rendas por serviço de pagamento (a)	5.217	10.369	13.727
Despesas por serviço de pagamento (b)	-	-	(8.965)
Rendas de tarifas bancárias	3.475	4.659	467
Outras	<u>4</u>	<u>8</u>	<u>9</u>
	<u>8.696</u>	<u>15.036</u>	<u>5.238</u>

- (a) Receitas auferidas através de contrato firmado, junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento Ltda. (Controlada em conjunto), atribuídas ao Banco pela realização das antecipações de recebíveis aos ECs. (Estabelecimentos comerciais) a partir da compra dos recebíveis dos ECs pelo Banco.
- (b) Despesas referente ao repasse a VR Benefícios e Serviços de Processamento Ltda. (Controlada em conjunto), das taxas firmadas de intermediação junto aos ECs. (Estabelecimentos comerciais).

19. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2019</u> <u>2º Semestre</u>	<u>2019</u> <u>Exercício</u>	<u>2018</u> <u>Exercício</u>
Despesas de aluguéis	27	34	55
Despesas de comunicações	68	122	101
Despesas de processamento de dados	1.166	2.278	1.838
Despesas de serviços de terceiros	574	1.154	941
Despesas de serviços de vigilância e segurança	162	322	317
Despesas de serviços de técnicos e especializados	421	605	853
Despesas de publicações	30	146	24
Despesas de serviços do sistema financeiro	834	1.528	1.058
Despesas de amortização e depreciação	5	11	7
Outras	<u>102</u>	<u>236</u>	<u>318</u>
	<u>3.389</u>	<u>6.436</u>	<u>5.512</u>

20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>2019</u> <u>2º Semestre</u>	<u>2019</u> <u>Exercício</u>	<u>2018</u> <u>Exercício</u>
Reversão de provisões diversas	92	401	308
Reversão de provisões trabalhistas e cíveis (a)	423	781	1.469
Ganhos de processos judiciais	285	343	128
Remuneração de impostos a compensar	7	15	16
Outras	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>11</u>
	<u>808</u>	<u>1.541</u>	<u>1.932</u>

- (a) Refere-se principalmente a reversão de provisão de ações trabalhistas, e cíveis, cuja as causas encontram-se encerradas, vide nota 16.c.

21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2019</u> <u>2º Semestre</u>	<u>2019</u> <u>Exercício</u>	<u>2018</u> <u>Exercício</u>
Provisão para riscos fiscais	138	341	348
Obrigações Legais	374	625	-
Imposto/multas indedutíveis (a)	83	83	32
Multa/Juros e correção monetária (a)	8	8	46
Acordo de processos baixa por pagamento (b)	388	634	846
Outras	<u>8</u>	<u>40</u>	<u>3</u>
	<u>999</u>	<u>1.731</u>	<u>1.275</u>

(a) Referente a IR e CSLL inclusos no Programa Especial de Regularização Tributária.

(b) Refere-se principalmente a resgate de depósitos judiciais da contraparte conforme acordos celebrados em ações trabalhistas.

22. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2019, a remuneração total do pessoal-chave da administração foi de R\$ 126 (R\$ 120 em 2018), a qual é considerada benefício de curto prazo.

b) Outras informações – operações de crédito

Conforme a Resolução nº 4.693/18 do Banco Central do Brasil, instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições:

- As operações de crédito com partes relacionadas somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições.
- O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado, observados os seguintes limites máximos individuais:
 - 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e
 - 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

Não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores ou seus familiares.

c) Transação com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições normais de mercado, no que se refere aos prazos de vencimento e às taxas de remuneração pactuadas. Os saldos nos semestres findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, podem ser resumidos como segue:

	2019		2018	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
SZAJMAN PARTICIPACOES SOCIETARIAS S/A				
(Controladora)				
Depósitos à vista	(6)	-	(7)	-
Captações em depósitos a prazo	(1.598)	(78)	(1.550)	(61)
Valores a pagar a sociedades ligadas	(4.879)	-	(4.879)	-
VR DTVM (Controlada)				
Depósitos à vista	(113)	-	(65)	-
Captações em depósitos interfinanceiros	(5.378)	(571)	(13.208)	(785)
VR ALUGUEIS E SERVICOS S/A (Parte Relacionada)				
Depósitos à vista	(13)	-	(17)	-
Captações em depósitos a prazo	(15.994)	(783)	(8.095)	(317)
VR EMPR. PARTIC. E SERVICOS LTDA (Parte Relacionada)				
Depósitos à vista	(4)	-	(6)	-
Captações em depósitos a prazo	-	-	(45)	(2)
VR CAPITAL HOLDINGS LTDA (Parte Relacionada)				
Depósitos à vista	-	-	(12)	-
Captações em depósitos a prazo	-	-	(239)	(9)
VR BENEFÍCIOS E SERV. DE PROC. LTDA (Controlada em Conjunto)				
Depósitos à vista	(7.803)	-	(2.753)	-
Captações em depósitos a prazo	(358.129)	(17.524)	(291.351)	(11.421)
VR DESENVOLVIMENTO DE NEGOCIOS S/A				
(Parte Relacionada)				
Depósitos à vista	(4)	-	(3)	-
Captações em depósitos a prazo	(336)	(16)	(366)	(14)
VR ADM. ASS. CORRETAGEM SEGUROS LTDA				
(Parte Relacionada)				
Depósitos à vista	(7)	-	(3)	-
Captações em depósitos a prazo	(29)	(1)	(38)	(2)
VR DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO S/A				
(Parte Relacionada)				
Depósitos à vista	-	-	(10)	-
Captações em depósitos a prazo	-	-	(71.098)	(2.787)
VR IMOVEIS E SERVIÇOS S/A (Parte Relacionada)				
Depósitos à vista	(16)	-	(5)	-
Captações em depósitos a prazo	(2.249)	(110)	(1.936)	(76)
VR PRESTAÇÃO DE SERV. ADM. LTDA (Parte Relacionada)				
Depósitos à vista	(9)	-	(25)	-
Captações em depósitos a prazo	(519)	(25)	(140)	(5)
VR ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS LTDA				
(Parte Relacionada)				
Depósitos à vista	(15)	-	(225)	-
Captações em depósitos a prazo	(4.811)	(235)	(3.712)	(146)
VR HOLDINGS S/A (Parte Relacionada)				
Depósitos à vista	(18)	-	(3)	-
Captações em depósitos a prazo	(59.580)	(2.915)	(2)	-
SMART.NET HOLDINGS S/A (Parte Relacionada)				
Depósitos à vista	(5)	-	(8)	-
Captações em depósitos a prazo	(389)	(19)	(306)	(12)

	2019		2018	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Outras empresas do grupo				
Depósitos à vista	(10)	-	(21)	-
Captações em depósitos a prazo	(121)	(6)	(154)	(6)
Acionistas e seus familiares:				
Depósitos à vista	(489)	-	(477)	-
Captações em depósitos a prazo	(7.518)	(368)	(1.505)	(59)
TOTAL				
Depósitos à vista	(8.512)	-	(3.640)	-
Captações em depósitos a prazo	(451.273)	(22.082)	(380.537)	(14.917)
Captações em depósitos interfinanceiros	(5.378)	(570)	(13.208)	(785)
Valores a pagar a sociedades ligadas	(4.879)	-	(4.879)	-

23. ACORDO DA BASILÉIA

O BACEN emitiu a partir de 1º de março de 2013, cuja vigência se deu a partir de 1º de outubro de 2013, um conjunto de normativos que regulamentam as recomendações do Comitê Basileia relativas à estrutura de capital das instituições financeiras. Conhecidas como Basileia III, as novas regras buscam aprimorar a capacidade destas instituições em absorver os impactos de eventuais crises, fortalecendo a estabilidade financeira e aumentando a quantidade e a qualidade do capital regulamentar.

Estes normativos tratam dos seguintes assuntos:

- Nova metodologia de apuração do capital regulamentar (Patrimônio de Referência - PR), que continuará a ser dividido nos níveis I e II. (Resolução 4.193).
- Nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal. (Resolução 4.192).

As regras de Basileia III buscam melhorar a qualidade do capital das instituições financeiras, restringindo a utilização de instrumentos financeiros que não apresentam capacidade de absorver perdas e pela dedução de ativos que podem comprometer o valor do capital devido à sua baixa liquidez, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração do seu valor. Dentre estes instrumentos, destacam-se os créditos tributários, os ativos intangíveis e os investimentos em empresas não controladas, especialmente àquelas que atuam no ramo segurador.

No quadro a seguir, estão demonstradas a apuração das exigibilidades de patrimônio de referência e o índice de Basileia:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Patrimônio de referência para comparação com os ativos ponderados pelo risco (RWAs)		
Patrimônio de referência Nível I	<u>81.341</u>	<u>74.443</u>
Patrimônio líquido	81.341	74.443
Ajustes prudenciais (Resolução 4.192/13)	-	-
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	<u>196.335</u>	<u>163.563</u>
Exposição ao risco de crédito - RWAcpad (anteriormente Pepr)	172.394	145.228
Risco operacional - RWAopad (anteriormente Popr)	23.941	18.335
Patrimônio de referência mínimo exigido	15.707	14.107

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o Patrimônio de Referência do Banco excedeu em R\$ 65.634 e em R\$ 60.336, respectivamente, o Patrimônio de Referência Mínimo Exigido pelo BACEN.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Redução de capital

A Administração do Banco VR S.A. informa que, em março de 2020, por unanimidade dos acionistas representando a totalidade do capital social do Banco, foi aprovada a redução de seu capital, atualmente de R\$ 146.248 para R\$ 93.738, com uma redução, portanto, de R\$ 52.510, por julgar o capital do Banco excessivo em relação ao seu objeto social. Em contraprestação à redução de capital ora aprovada, o valor total correspondente à redução do capital social do Banco será restituído de forma proporcional ao seu acionista controlador SZAJMAN PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A. mediante entrega de 52.509.987 ações ordinárias nominativas representativas do capital da VR Benefícios e Serviços de Processamento Ltda.

Recebimento de imóvel como BNDU

Em 02 de janeiro de 2020, o Banco VR S.A. recebeu um imóvel no valor R\$ 1.920 como garantia de um operação de crédito antiga, tal bem está registrado como BNDU (Bens não de uso próprio).

Impactos do Coronavírus

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos, podendo gerar impactos nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira do Grupo VR, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, não foram constatados impactos nas operações do Banco VR S.A.